

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM CURITIBANOS-SC: REFLEXÕES SOBRE A CRIAÇÃO E PARALISAÇÃO DAS ESCOLAS ISOLADAS

Cristina Maria A. Moraes Ehrhardt¹

Eixo Temático: Educação, diversidade e justiça social
Agência Financiadora: não contou com financiamento

RESUMO

Neste trabalho apresentamos uma reflexão que busca evidenciar os elementos que vem retirando os sujeitos dos meios necessários à produção de sua existência principalmente nas áreas rurais, a partir da análise do movimento do território educacional curitibanense. Para fundamentar este estudo procuramos estudar as transformações ocorridas nas áreas rurais no Município de Curitiba-SC entre a metade do século XX e a primeira década do século XXI a partir da criação e do fechamento das escolas públicas destes territórios e a sua articulação à economia centrada na exploração dos recursos naturais. Analisar historicamente o que faz gerar a criação e o fechamento da escola na área rural pode revelar o distanciamento entre intenção, discurso e prática nas políticas públicas reforçando direta ou indiretamente o quadro de exclusão decorrente do esvaziamento do campo. Do ponto de vista do procedimento metodológico, além da observação do campo empírico da pesquisa, utiliza-se uma abordagem histórica e análise documental. Partimos do estudo exploratório da criação e fechamento das escolas rurais curitibanenses englobando na análise referências do cenário regional e nacional. Tomamos como fonte de pesquisa documentos da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, Decretos Municipais, bem como a realização de visitas *in loco* as escolas referenciadas que se encontram ativas, paralisadas, cedidas ou desmanchadas.

Palavras chaves: Escolas isoladas. Política educacional. Nucleação escolar intracampo.

¹ Professora Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestranda em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense- UNIPLAC- SC. Atua na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em Curitiba-SC. profcrismaria@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda um recorte da dissertação em curso realizada no Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. Ele persegue três objetivos, primeiro privilegia alguns elementos do contexto histórico do território do município de Curitibanos e da serra catarinense onde ocorreu a criação de escolas isoladas e posteriormente o fechamento destas unidades educacionais no campo. Segundo caracteriza o movimento do território educacional da Educação do Campo no município de Curitibanos pelo confronto do modo de produção econômico baseado na exploração da madeira, a *Araucaria angustifolia*, com a política pública de abertura e fechamento de escolas no campo. Terceiro descreve no movimento histórico uma inflexão neste processo demonstrando a opção política educacional pela implantação da nucleação escolar intracampo preconizada pelo marco legal das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo.

2. CONTEXTO DO TERRITÓRIO: região serrana e Curitibanos

A origem do Município de Curitibanos se dá como pouso de tropeiros sulinos que levavam gado do sul às capitânicas do centro do país, por volta de 1728/1730. A partir da primeira tropa, milhares de bovinos e muares passaram por Curitibanos, desta forma o local passou a ser conhecido como "Pouso dos Curitibanos". Em 11 de junho de 1869, pela Lei Provincial N° 626, Curitibanos desmembra-se de Lages e passa a condição de município. O município de Curitibanos está localizado no centro geográfico do Estado de Santa Catarina com área territorial de 952 km². De acordo com o IBGE/ Censo 2010² a população curitibanense é de 37.748 habitantes, sendo que 34.769 habitantes em domicílio urbano, e na população rural têm 1.394 mulheres e 1.585 homens totalizando então 2.979 habitantes que vivem no campo.

A realidade do campo em Curitibanos bem como o da região serrana, é caracterizada por disputas de projetos e por ciclos econômicos diferenciados. Diferentes autores caracterizam as atividades econômicas pelo longo período da pecuária extensiva nos anos de 1766 a 1940, o curto período da exploração predatória das florestas nativas da araucária e sua substituição pelo monocultivo do *pinus*, a matéria prima da indústria papeleira existente na

² Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Santa_catarina.pdf
Acesso em: 09/06/2011

região. Locks (*et al*, 2006) ao analisar este contexto observa que “no longo período da estruturação e permanência fundiária de grandes fazendas de criação de gado (1766-1940), antecedendo ao ciclo da madeira a região se caracteriza pelo sertão, roças, vilas e povoados”. A partir daí, com o ciclo da madeira até 1970, a presença de inúmeras serrarias gerou vilas de operários que se constituíram ao redor desta atividade econômica.

As reflexões de Grün, Peixer e Tamanini³ (2007) contribuem para a compreensão desta realidade ao afirmarem que a região serrana de Santa Catarina está, nessas últimas décadas, vivendo mais um processo intenso de exploração dos seus recursos ambientais. Para os autores, a construção de Usinas Hidroelétricas (UHE), Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHS) e as plantações intensivas de pinus formam os desertos verdes e azuis. Ainda, confirmam que “aparentemente são duas coisas completamente diferentes, mas que articulam um mesmo processo na região, de apropriação de território, expulsão, eliminação de um modo de vida e exclusão sócio, cultural e ambiental”.

Inevitavelmente o campo parece estar em disputa entre os projetos da agricultura familiar e o agronegócio com o plantio de grandes áreas de lavoura de soja e da predominância do monocultivo de pinus e do eucalipto.

3.CARACTERIZAÇÃO DO MOVIMENTO DO TERRITÓRIO EDUCACIONAL DE CURITIBANOS

A compreensão histórico-crítica do contexto do território educacional do município de Curitiba remete para o confronto do modo de produção econômico com a política educacional desenvolvida para campo. Isto permite identificar as razões que sustentaram a criação de escolas em um e não em outro espaço do campo e posteriormente o fechamento das respectivas escolas.

De pronto, fica evidente que a presença ou ausência de uma escola no campo não é expressão apenas de decisões técnicas ou burocráticas por parte dos gestores educacionais, mas é também a demonstração das relações históricas, econômicas, políticas e culturais estabelecidas entre os interesses de classes proprietárias articuladas com os gestores das políticas públicas no espaço do Estado em qualquer uma de suas esferas. Assim, a análise das diferentes atividades econômicas desenvolvidas em Curitiba em distintos momentos

³ Versão inicial do texto Desertos verdes e azuis: Grandes empreendimentos (UHE e Pinus) e as práticas de resistência da sociedade civil na Serra Catarinense, apresentado no II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC/SC – BR. Abril de 2007.

históricos identifica a relação direta que se estabelece entre o modo de produção e a criação das escolas do campo.

Foi a presença da serraria que em Curitibanos gerou a necessidade da escola no meio rural. A educação chega ao meio rural em função da formação da vila de operários no entorno da serraria com finalidade de combater o analfabetismo. O vínculo com o mundo do trabalho formal passa a ser uma nova realidade. Ela não aparece como um fim em si mesmo, subjetivo e universal, mas para atender uma nova exigência do mundo formal da sociedade: ler e escrever.

Entre as décadas de 1950 até 1970, período do apogeu da exploração da madeira, foram criadas em Curitibanos quarenta escolas municipais sendo que trinta e nove escolas isoladas nas áreas rurais. Os estabelecimentos industriais com base na extração de madeira no mesmo período totalizavam cento e oito serrarias e fábricas, conforme os dados de historiadores do município.

Duas décadas mais tarde o número de estabelecimentos à base da atividade madeireira reduziu para setenta, sendo reduzidas concomitantemente as escolas rurais. Na primeira década do século XXI há trinta e quatro empresas com atividades derivadas da madeira associadas ao Sindicato da Indústria Florestal de Curitibanos e cinco escolas do campo no município.

Estes dados comprovam que a relação existente entre os meios de produção e a educação, por conseguinte, a criação das escolas rurais está intimamente imbricada. Observa-se também que no auge da economia centrada no corte das florestas de pinheirais há também a criação do maior número de escolas rurais e seus respectivos fechamentos acontecem pelo declínio desta atividade econômica.

A tabela 1 demonstra os aspectos econômicos do município de Curitibanos em distintos momentos históricos para tornar possível o confronto entre a economia baseada na extração da madeira e a criação das escolas rurais.

Tabela 1
Quantitativo de estabelecimentos industriais com base na extração de madeira em Curitibanos:

Ano	Serrarias	Atividades derivadas da Madeira
1956 ⁴	133	15
1971 ⁵	31	39
2010 ⁶	-	34

⁴ Focalizando Curitibanos e Campos Novos Municípios do Estado de Santa Catarina. São Paulo, 1957.

⁵ ALMEIDA, Coracy Pires de Curitibanos Terra Promissora: Gráfica Comercial, Curitibanos, 1971.

⁶ Empresas Associadas ao Sindicato da Indústria Florestal de Curitibanos sendo identificadas todas as atividades como atividades derivadas da madeira.

A presença da escola isolada na vila, constituída por operários assalariados na serraria passa a ser compreendida como uma necessidade. Assim a relação entre educação e economia se faz confirmar na história curitibanense já que a origem das escolas isoladas se dá pela existência de serrarias e seus fechamentos acontecem pelo declínio desta atividade econômica. Entre as décadas de 1951 até 1978 foram criadas⁷ no município de Curitiba quarenta escolas municipais sendo que trinta e nove escolas isoladas nas áreas rurais consensualmente ao ciclo da madeira. A presença das serrarias determinou o surgimento de vilas de operários que se constituíram ao redor desta atividade econômica e por isso a escolarização se fez presente.

Como visto a relação existente entre os aspectos econômicos baseados na extração da madeira e a educação por meio da criação das escolas rurais está intimamente unida. No apogeu da economia centrada no corte das florestas há também a criação do maior número de escolas rurais. Resta ponderar se tais processos tinham como objetivo assegurar o direito universal, subjetivo e cidadão. Ao que parece esta não era de fato a razão primeira, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N.º. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 atribuía às empresas responsabilidades com a escolaridade do ensino primário. Preconizando em seu Art. 31 que: “As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter o ensino primário gratuito para os seus servidores e filhos desses.”

Para cumprir essa norma muitas instituições escolares são construídas pelos proprietários de indústrias madeireiras nas áreas rurais e depois são assumidas parcialmente ou totalmente pelo poder público, como presenciado no município de Curitiba. Nas décadas seguintes o campo em Curitiba se transforma em outro cenário. A diminuição das indústrias cuja matéria prima era o pinheiro-brasileiro, o desenvolvimento do agronegócio materializado no cultivo do alho, grãos e no monocultivo do Pinus.

A partir desta constatação fica evidente que entre os anos de 1970 até 2001 com o esvaziamento gradativo do campo ocorreu o fechamento das escolas e a transferência dos estudantes que permaneceram no campo para a escola urbana. O fechamento das escolas também provocou o deslocamento das famílias à cidade esvaziando assim, o campo. Obviamente que a política contrária, isto é, de manutenção da escola do campo fortalece a permanência da população no campo.

⁷ De acordo com os Decretos Municipais N.º. 1.034 de 14 de abril de 1978 e N.º. 1.050 de 18 de julho de 1978.

Contudo, o que a história ensina é que as diferentes atividades desenvolvidas no campo em Curitiba, concomitante ou posterior à atividade da madeira, respectivamente a pecuária e a agroindústria, demonstram que a lógica do campo focada enquanto espaço do agronegócio não somente excluiu como também negou a escola do campo por meio da paralisação de suas atividades. Caldart⁸ contribui para a análise desta realidade ao afirmar que:

A lógica de pensar o campo como lugar de negócio, não inclui, não precisa das escolas do campo. Este juízo mercadológico sobre o campo valida a (des) valor da política educacional adotada para o campo no Brasil. É um tempo histórico do qual se encontra desmanches, fechamento, transferências de escolas isoladas (2009, p.48).

A partir desta realidade alguns migram para a cidade formando os bairros de população de baixa renda ou formando as favelas rurais.

A Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina a partir da década de 1990 estimulou a política de municipalização da educação pública acompanhado pelo processo de nucleação das escolas rurais e o seu corolário, o transporte dos alunos das comunidades do campo para as escolas da cidade, ocasionando o fechamento da escola do campo. Assim que, o fechamento das escolas isoladas de Curitiba é o reflexo do que acontece no cenário estadual e nacional onde é crescente o transporte de alunos do campo às escolas urbanas.

Entre o período de 1998 a 2000 foram suspensas as atividades em vinte e duas escolas, conforme publicado nos Decretos N°. 2.725/98, N°. 2.766/99, N°. 2767/99. Mais tarde, o Decreto Municipal N°. 2.921/2001 confirma a extinção de nove escolas municipais que estavam desativadas. Por meio do Decreto N° 2.717 de 03 de abril de 1998 e Decreto N° 2.722 de 21 de maio de 1998, foram transformadas Escolas Estaduais em Escolas Municipais, sob a responsabilidade do município de Curitiba. Esta política de municipalização no Estado de Santa Catarina desencadeou também o processo de nucleação urbana das escolas rurais, em Curitiba tais escolas foram designadas como Escolas Isoladas.

Em menos de cinco décadas mais de 40 escolas rurais foram fechadas no município de Curitiba, este fechamento é intensificado entre os últimos anos do século XX e os primeiros anos deste século. Esta realidade confirma o cenário nacional onde os dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE⁹ revelam o fechamento de mais

⁸Artigo de Roseli Salete Caldart - Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. Trabalho, Educação e Saúde – v.7, n.1 (2009) – Rio de Janeiro: Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

⁹Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/transp-dados-estatisticos>

de 34 mil escolas do campo entre os anos de 2000 a 2009 no Brasil. Este modelo levou ao deslocamento de alunos em transporte escolar de forma crescente no país, totalizando, conforme as informações do FNDE, quase cinco milhões de estudantes transportados para as escolas urbanas no ano de 2010.

Ao pormenorizarmos o Censo Escolar do INEP/MEC identificamos que as alterações no número de escolas rurais multisseriadas em Curitiba são parte da totalidade brasileira. Em 2006¹⁰ havia 71.991 escolas multisseriadas em todo o país, número que se reduz para 49.305 escolas em 2009, indicando a diminuição de 22.686 escolas. Na Região Sul, o Censo escolar indicava a existência de 4.278 escolas multisseriadas, número que se reduz para 3.194 escolas em 2006, evidenciando a diminuição de 1.084 escolas multisseriadas.

A política de transporte escolar e de nucleação urbana se instala como proposta predominante nos campos de Curitiba tanto quanto de outras cidades catarinenses e brasileiras. As estratégias de nucleação urbana de estudantes do campo têm sido adotadas por defender a política da melhoria no quadro administrativo e pedagógico, condições de infraestrutura e recursos pedagógicos e tecnológicos que, muitas vezes, o campo não pode oferecer. Por conseguinte, as crianças e jovens se submetem a dificultosa situação que por vezes o transporte impõe para que possam ter educação em condições iguais, oferecidas no espaço urbano.

No documento Bases para a construção das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo de Santa Catarina (2010, p.13) é confirmado que “a situação das escolas rurais agravou-se, sobretudo a partir da década de 1990, quando foi implantado o processo de nucleação das escolas rurais por todo o Estado acompanhado da política de municipalização da educação pública”. Caracteriza-se ainda, que a implantação do processo de nucleação urbana e municipalização é uma “decisão técnico- econômica desastrosa, que não considerou a realidade diversificada dos sujeitos que vivem no campo e nem os aspectos político-pedagógicos desta medida, resultando quebradeira geral da escola do campo” (*idem*).

Acesso em: 06/12/2010.

¹⁰TENÓRIO. Edel Moraes et al. Artigo: Círculo temático educação escolar do campo- Políticas de Nucleação e Transporte Escolar: construindo indicadores de qualidade da educação básica nas escolas do campo da Amazônia.

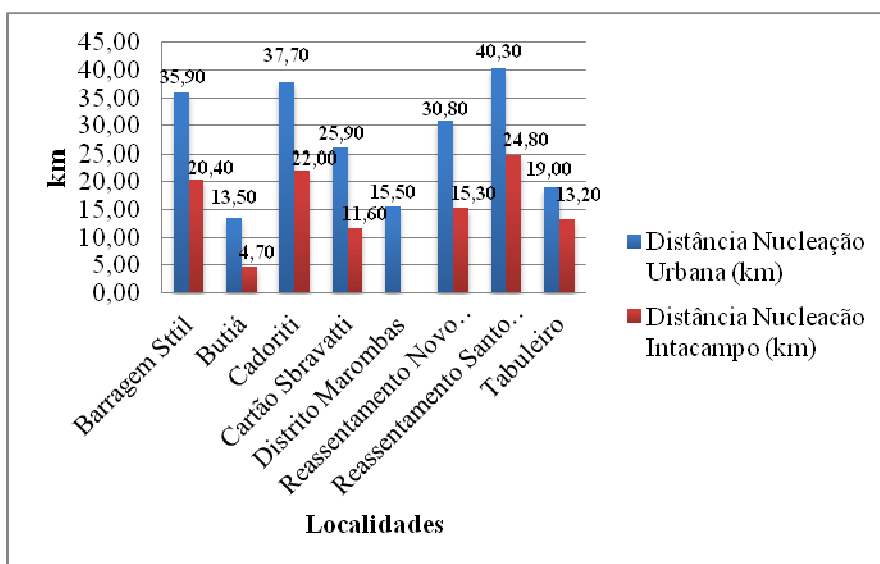
Disponível em: <http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/218>

Acesso: 21/07/2011

4. A OPÇÃO PELA POLÍTICA DE NUCLEAÇÃO ESCOLAR INTRACAMPO

Na segunda metade dessa década algumas intervenções que por mobilização dos sujeitos do campo e apoio governamental levaram ao início de outra configuração na política pública no território educacional do campo em Curitiba. A histórica não é linear, é movimento e contraditória. Foi uma decisão da Secretaria Municipal de Educação depois de ouvir os apelos de sujeitos que vivem e trabalham no campo. Apelos centrados na preocupação com as distâncias percorridas pelos estudantes do campo até a sede do município. Em 2007 instituiu-se no município de Curitiba, a primeira escola nucleada intracampo Núcleo Municipal do Campo Leoniza Carvalho Agostini construída no Distrito do Marombas Bossardi que inicialmente, objetivava reduzir as distâncias percorridas pelos estudantes de oito comunidades rurais daquela proximidade. Tais distâncias podem ser observadas no Gráfico 1 no confronto entre as distâncias¹¹ em quilômetros que os estudantes percorriam diariamente das suas residências até a escola nucleada na área urbana e a distância entre as comunidades e a escola nucleada intracampo.

Gráfico 1
Distâncias entre as localidades e a Escola Nucleada Urbana e Escola Nucleada Intracampo



Fonte: A autora. Elaborado com as informações do Google Earth®, 2011
Acesso em: 10/06/2011.

¹¹ Os dados das distâncias em quilômetros das residências dos estudantes até a escola nucleada urbana foram medidos no Google Earth® levando em consideração o ponto médio para a contagem da distância o aparelho comunitário, seja ele salão de festas, igreja ou centro comunitário.

Com a nucleação intracampo as distâncias e a permanência dos alunos em transporte escolar foram reduzidas significativamente, em alguns casos com diminuição de 50%. A escola do campo que teve na sua origem o propósito de reduzir as distâncias e a permanência do aluno em transporte escolar, a partir da análise tabulada acima, alcançou seu objetivo. Entretanto, permanecem outros desafios nesta escola a serem enfrentados conforme é descrito em seu Projeto Pedagógico. Gestores educacionais dos três entes federados, direção, professores, funcionários, pais, a comunidade do campo, estão desafiados a concretizar o que preconizam as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo. Ou seja, entre outras ações, desenvolver um vínculo de pertencimento junto à escola, valorizar e promover a cultura e as identidades de todos os sujeitos envolvidos com o processo educacional; oportunizar a formação continuada dos professores; proporcionar material didático adequado; identificar a diversidade e especificidade existente nos diferentes modos de vida em cada comunidade onde a escola está enraizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomar o território como espaço educacional onde se articulam atores sociais, atividades econômicas, políticas públicas, projetos de desenvolvimento, parece se constituir em um bom exercício para se compreender como ocorrem as tomadas decisões e o desenvolvimento de políticas públicas. No campo empírico em análise, uma das principais descobertas foi identificar elementos estruturantes escondidos por trás das tomadas de decisão em abrir ou fechar uma escola no campo. As diferentes atividades econômicas, ou melhor, o modo de produção da existência da vida de sujeitos que vivem e trabalham no campo ou de agentes externos com forte interferência no território condicionam, às vezes podem até determinar a decisão de uma política pública que se origina no interior do Estado. Qual a razão para fechar uma escola do Campo? Qual a razão para se instituir um núcleo escolar intracampo?

É oportuno enfatizar que, mesmo não sendo objeto desta análise, na escola Núcleo Municipal do Campo Leoniza Carvalho Agostini já se desenvolvem práticas pedagógicas que justificam plenamente a tomada de decisão político-educacional. Referenciado na análise do contexto histórico e do movimento do território educacional curitibanense, considerando suas contradições, avanços e desafios, percebe-se que é possível construir um projeto de educação no/do campo transformador, política, cultural, social e pedagogicamente emancipador e

enraizado no chão de cada comunidade e de cada sujeito que vive e trabalha no campo. Depois da primeira nucleação intracampo, já se vislumbra uma segunda nucleação no município, por se mostrar uma alternativa fundamental na garantia do direito à educação no e do campo.

Adverte-se, porém que a questão do campo na sua complexidade, especificidade e diversidade, necessidades e interesses dos sujeitos do campo, não pode restringir-se ao âmbito educacional. É indispensável a efetiva participação de todas as políticas públicas oferecidas pelo poder público de modo intersetorial e na parceria Estado/sociedade tendo no horizonte a curto, médio e longo prazo o desenvolvimento do campo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Coracy Pires de. **Curitibanos: Terra Promissora**. Gráfica Comercial: Curitibanos, 1971.

BARROS, Ricardo *et al.* **Desenvolvimento Infanto-Juvenil no Brasil e seus Determinantes: Versão Preliminar**.

BRASIL-Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Parecer n° 36/2001; Resolução CNE/CEB n° 01 de 03 de abril de 2002.

Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_14927.htm

Acesso em: 28/jun/2010.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso.

Trabalho, Educação e Saúde, v.7, n.1. Rio de Janeiro: Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.

Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/transp-dados-estatisticos>

Acesso em: 13/abr/2011.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL – EduCampo/UFSC. **Bases para a construção das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo de Santa Catarina**. FOCEC Fórum Catarinense de Educação do Campo, 2010.

LEMOS, Zélia de Andrade. **Curitibanos na história do Contestado**. Florianópolis: IOESC, 1977.

LOCKS, Geraldo Augusto; VARELA, Iáscara Almeida; MOREIRA, Sandro César; SARTORI, Sérgio. **Caminho das tropas: caminhos, pousos e passos em Santa Catarina**. Lages: UNIPLAC, 2006. 103 p.

OLIVEIRA, J.C. de; CAMPOS, M. **Monografia de Municípios Brasileiros: Focalizando**

Curitibanos e Campo Novos – Municípios do Estado de Santa Catarina. São Paulo, 1957.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS. Mapa do município de Curitibanos – Administração 1997-2000.

_____. **Decreto n° 1050 de 18 de julho de 1978.** Cria escolas e dá outras providências.

_____. **Decreto n° 1034 de 14 de abril de 1978.** Cria escolas e dá outras providências.

_____. **Decreto n° 1167 de 25 de março de 1982.** Cria escolas e dá outras providências.

_____. **Decreto n° 2117 de 03 de abril de 1998.** Cria e transforma Escolas Municipais e dá outras providências.

_____. **Decreto n° 2722 de 21 de maio de 1998.** Cria e transforma Escolas Municipais e dá outras providências.

_____. **Decreto n° 2725 de 27 de maio de 1998.** Suspende atividades de escolas municipais e dá outras providências.

_____. **Decreto n° 2766 de 12 de abril de 1999.** Suspende atividades de escolas municipais e dá outras providências.

_____. **Decreto n° 2767 de 12 de abril de 1999.** Extingue escolas municipais e dá outras providências.

_____. **Decreto n° 2921 de 11 de abril de 2001.** Extingue escolas municipais e dá outras providências.